

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 265JM-015-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
Contadora CRC 1SP-223.177/O-1

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.178	28.914
Contas a receber	-	421	484
Impostos a recuperar	9	5.691	2.223
Adiantamento a fornecedores	8	1.684	1.126
Despesas antecipadas	10	121	276
Outros créditos	-	105	105
Transações com partes relacionadas	16	79	66
Ativos de contrato de concessão de serviços	7	19.132	7.839
Total do ativo circulante		30.411	41.033
Ativo não circulante			
Transações com partes relacionadas	16	3.834	27.112
Impostos diferidos	22	-	4.826
Imobilizado	11	804	87
Ativos de contrato de concessão de serviços	7	108.232	30.484
Deposito judicial	24	-	374
Total do ativo não circulante		112.870	62.883
Total do ativo		143.281	103.916

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	12	4.825	9.130
Arrendamento	25	499	-
Salários e encargos sociais	13	1.887	1.858
Tributos correntes a recolher	14	1.103	1.976
Transações com partes relacionadas	16	5.882	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	3.267	41.121
Total do passivo circulante		17.463	54.085
Passivo não circulante			
Fornecedores	12	9.240	-
Arrendamento	25	273	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	77.263	-
Tributos correntes a recolher	14	1.686	-
Transações com partes relacionadas	16	-	1.786
Impostos diferidos	22	18.209	5.461
Total do passivo não circulante		106.671	7.247
Patrimônio líquido			
Capital social	17	51.480	51.480
Prejuízos acumulados	-	(32.333)	(8.896)
Total do patrimônio líquido		19.147	42.584
Total do passivo e do patrimônio líquido		143.281	103.916

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	18	83.139	25.929
Custo dos serviços prestados	19	(83.701)	(32.193)
Prejuízo bruto		(562)	(6.264)
Despesas administrativas e comerciais	20	(7.917)	(2.452)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos		(8.479)	(8.717)
Receitas financeiras	21	870	278
Despesas financeiras	21	(10.573)	(2.741)
Despesas tributárias	-	(390)	(130)
Outras receitas/despesas operacionais	-	(38)	-
Resultado financeiro		(10.131)	(2.593)
Prejuízo antes dos impostos		(18.610)	(11.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	(4.825)	3.868
Prejuízo do exercício		(23.435)	(7.440)
Prejuízo por ação		(0,46)	(0,14)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(23.435)	(7.440)
Resultado abrangente total	(23.435)	(7.440)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		51.480	(1.456)	50.024
Prejuízo do exercício	17	-	(7.440)	(7.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		51.480	(8.896)	42.582
Prejuízo do exercício	17	-	(23.435)	(23.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		51.480	(32.333)	19.147

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(18.610)	(11.308)
Ajustes ao resultado do exercício			
Depreciação	11	509	20
Impostos diferidos	22	12.749	3.266
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures provisionados	15	9.423	974
Juros sobre arrendamento	25	122	-
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	-	63	-
Estoques	-	-	2.250
Adiantamento a fornecedores	8	(558)	1.700
Impostos a recuperar	9	(3.468)	(1.516)
Despesas antecipadas	10	155	308
Ativos de contratos de concessão de serviços	7	(89.041)	(22.918)
Depósito judicial	24	374	-374
Fornecedores	12	4.935	5.330
Salários e encargos sociais	13	29	1.587
Tributos correntes a recolher	14	813	1.061
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	15	(6.548)	(131)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(89.053)	(19.750)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(12)	(44)
Amortização do arrendamento	25	(566)	-
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		(578)	(44)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures	15	81.488	42.667
Pagamento de principal de debêntures	15	(40.439)	(2.390)
Custo de captação das debêntures	15	(4.515)	-
Transações com partes relacionadas	16	27.361	8.229
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		63.895	48.506
Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(25.736)	28.712
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	6	28.914	202
Caixa e equivalentes de caixa fim do exercício	6	3.178	28.914
Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(25.736)	28.712

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de junho de 2022, com sede na Rua Dr. Argemiro Orlando Doto, nº 76, Jardim Nova Califórnia, no município de Campinas – SP. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída para a execução do Contrato de Concessão nº 135/22, firmado com o Município de Campinas – SP em 12 de setembro de 2022, cujo objeto compreende a prestação dos serviços de desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública.

O contrato possui prazo de vigência de 13 anos, contados da data de eficácia, podendo ser prorrogado nos termos contratuais e da legislação aplicável.

O escopo da concessão contempla, dentre outras atividades:

- desenvolvimento, modernização e expansão da rede municipal de iluminação pública, incluindo elaboração de projetos, aquisição de equipamentos, execução de obras e implantação de sistema de telegestão;
- execução de ações de eficientização energética voltadas à redução do consumo de energia elétrica do parque de iluminação pública;
- operação e manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de iluminação pública, observados os níveis de serviço e parâmetros de desempenho previstos contratualmente.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia concluído a modernização de aproximadamente 120 mil pontos de iluminação pública, encontrando-se em fase final da etapa de implantação e modernização do parque, com conclusão da Fase II em abril de 2026.

Considerando a natureza do projeto, intensivo em capital e característico de concessões de infraestrutura em estágio inicial de implantação, a Companhia ainda se encontra em período de maturação operacional, marcado pela realização de investimentos relevantes em modernização, expansão tecnológica e estruturação operacional. Nesse contexto, os resultados acumulados até o encerramento do exercício refletem, substancialmente, os efeitos típicos da fase inicial da concessão, incluindo elevados investimentos, despesas de mobilização operacional e custos de implantação necessários à execução do projeto.

Além disso, o custo da Companhia superou a receita líquida em razão do reconhecimento de custos operacionais relacionados a manutenção dos ativos da concessão, cujos serviços foram executados em exercício anterior, porém faturados em período posterior pelo fornecedor responsável. Dessa forma, em observância ao regime de competência e as práticas contábeis aplicáveis, tais valores foram reconhecidos no exercício corrente, após devida formalização e recebimento das respectivas faturas e documentações de suporte.

Paralelamente, a Administração vem implementando medidas voltadas à otimização da estrutura operacional e administrativa da Companhia, incluindo revisão de contratos de fornecimento, racionalização de despesas recorrentes, adequação do quadro de colaboradores e aprimoramento dos processos operacionais, com foco em aumento de eficiência e melhoria gradual da geração de caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo estudos e projetos destinados à ampliação do escopo contratual e geração de receitas complementares, especialmente relacionados à expansão da telegestão para 100% do parque de iluminação pública e à implementação de soluções de infraestrutura tecnológica voltadas ao conceito de cidades inteligentes.

1.1. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando a avaliação efetuada pela Administração acerca da capacidade da Companhia de manter suas operações no curso normal dos negócios.

Embora a Companhia apresente prejuízos acumulados decorrentes, principalmente, do estágio inicial de implantação da concessão e do elevado volume de investimentos realizados desde o início da operação, a Administração entende que tais efeitos são compatíveis com o ciclo de maturação econômico-financeira esperado para projetos de infraestrutura dessa natureza.

A Companhia possui contrato de longo prazo com receita recorrente e previsível, firmado no âmbito de parceria público-privada, além de estrutura operacional já substancialmente implantada e em fase avançada de estabilização operacional.

Adicionalmente, a Administração vem adotando medidas concretas voltadas ao fortalecimento da estrutura financeira e operacional da Companhia, incluindo:

- revisão e renegociação de contratos de fornecimento e prestação de serviços;
- redução e otimização da estrutura de custos operacionais e administrativos;
- adequação do quadro de colaboradores;
- implementação de medidas de eficiência operacional;
- desenvolvimento de novos projetos e frentes de receita vinculados ao contrato de concessão.

A Administração destaca, ainda, que a conclusão do processo de modernização do parque de iluminação pública proporcionará redução relevante dos custos operacionais e aumento da eficiência energética do sistema, contribuindo positivamente para a geração de caixa futura.

Em decorrência do desempenho alcançado na modernização e efficientização do parque de iluminação pública, a Companhia estima que, a partir de abril de 2027, passará a fazer jus ao BCE – Bônus pela Conta de Energia, mecanismo contratual de remuneração adicional vinculado à superação das metas de eficiência energética previstas na concessão. Com base nos estudos internos elaborados pela Administração, a expectativa é de incorporação de aproximadamente R\$ 307 mil mensais à receita da Companhia a título de bônus de desempenho, fortalecendo sua capacidade de geração de caixa operacional.

Adicionalmente, a Administração vem avançando no desenvolvimento de projetos voltados à ampliação do escopo contratual da concessão, incluindo a expansão do sistema de telegestão para a totalidade do parque de iluminação pública do Município e a implementação de soluções tecnológicas integradas voltadas ao conceito de cidades inteligentes.

Nesse contexto, destaca-se o desenvolvimento do projeto “SMART CAMP”, iniciativa destinada à implantação de soluções de monitoramento urbano inteligente, videomonitoramento e inteligência operacional integrada.

A Administração entende que a recente evolução do arcabouço regulatório e tributário aplicável à COSIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública ampliou as possibilidades de utilização dos recursos vinculados à iluminação pública para financiamento de soluções associadas a cidades inteligentes e infraestrutura tecnológica urbana, criando oportunidades adicionais de expansão de receitas no âmbito da concessão.

Diante do exposto, considerando:

- (i)** a previsibilidade das receitas contratuais;
- (ii)** a conclusão da fase mais intensiva em investimentos da concessão;
- (iii)** as medidas de redução e otimização de custos já em implementação;
- (iv)** os potenciais incrementos de receita decorrentes do BCE e de novos projetos vinculados ao contrato; e
- (v)** o suporte financeiro dos acionistas, quando necessário;

A Administração concluiu não existir incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

1.2. Perspectivas e Expansão do Escopo

A Companhia vem desenvolvendo estudos técnicos, econômicos e regulatórios voltados à ampliação do escopo de atuação da concessão, com foco na geração de receitas complementares e no aumento da eficiência operacional do sistema de iluminação pública do Município de Campinas.

Entre os principais projetos em desenvolvimento, destaca-se a expansão do sistema de telegestão para 100% dos pontos de iluminação pública abrangidos pelo contrato de concessão, permitindo maior eficiência operacional, melhoria dos indicadores de desempenho, redução de custos de manutenção e incremento adicional da eficiência energética do parque.

Paralelamente, a Companhia vem estruturando o projeto denominado "SMART CAMP", iniciativa voltada ao desenvolvimento de soluções integradas de cidades inteligentes, contemplando infraestrutura de videomonitoramento, sensoriamento urbano e plataformas de inteligência operacional. O projeto possui como objetivo não apenas a instalação de equipamentos tecnológicos, mas também a criação de uma estrutura integrada de processamento e análise de dados urbanos, capaz de transformar informações operacionais em ferramentas de apoio à tomada de decisão, gestão de incidentes e melhoria contínua dos serviços urbanos.

A Administração entende que as recentes alterações no ambiente regulatório e tributário, especialmente no que se refere à possibilidade de utilização de recursos da COSIP para custeio de soluções relacionadas a videomonitoramento e infraestrutura de cidades inteligentes, ampliam significativamente o potencial de expansão do escopo econômico da concessão.

Nesse contexto, a Companhia avalia que tais iniciativas possuem potencial relevante de geração de receitas adicionais, fortalecimento da rentabilidade operacional e ampliação da sustentabilidade econômico-financeira do contrato de concessão ao longo dos próximos exercícios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, que compreendem aquelas incluídas da legislação societária brasileira e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 20 de maio de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, pois representa todas as condições principais de operação: receitas, custos e despesas principais. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a: avaliação dos ativos de contratos pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, conforme previsto no contrato de concessão.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superior a um ano.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

3.1. Ativos de Contrato de Concessão

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (TRAC) ou TIR por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada. A revisão ensejará ajustes no Valor Justo deste ativo.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP – Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance). A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da companhia. A companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de crédito esperadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. .

3.4. Tributos correntes e diferidos

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.

ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados, quando aplicável, no ativo e/ou passivo, não circulante, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Nos contratos com a administração pública de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço pré-determinado, de bens e serviços a serem produzidos, com prazo de execução superior a um ano, a receita bruta não se baseia na emissão de notas fiscais, mas no seu auferimento nos termos da legislação pertinente, sendo que, nos contratos firmados com a administração pública, independentemente do prazo de execução/produção do contrato, o pagamento do PIS/PASEP e da Cofins poderão ser diferidos até a data do recebimento do preço. Nessa hipótese, a pessoa jurídica contratada pode excluir da base de cálculo do mês do auferimento da receita o valor da parcela ainda não recebida para adicioná-la à base de cálculo do mês do seu efetivo recebimento.

3.5. Operações com partes relacionadas

As transações financeiras realizadas com empresas acionistas e outras empresas relacionadas são registradas ao valor da transação, com a apropriação de juros ou encargos, quando houver contrato com estas condições

3.6. Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos do contrato de concessão. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A taxa de depreciação aplicadas ao ano é estimada como segue:

Computadores e periféricos: 20%.

O ativo imobilizado da Companhia é composto, substancialmente, por bens e instalações administrativas não vinculados diretamente ao contrato de concessão.

Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. As vidas úteis e os métodos de depreciação são revisados anualmente, sendo eventuais alterações reconhecidas de forma prospectiva.

Principais taxas de depreciação:

- **Computadores e periféricos: 20% ao ano.**

Os ativos corpóreos relacionados à execução do contrato de concessão não são classificados como imobilizado, sendo tratados conforme as normas aplicáveis a contratos de concessão (ICPC 01 / IFRIC 12), quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado quando de sua alienação ou quando não são mais esperados benefícios econômicos futuros de seu uso. Os ganhos ou perdas na baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

A Administração entende que os critérios adotados refletem adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos dos ativos e estão em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

- **Máquinas e equipamentos: 10% ao ano.**

Os ativos classificados como máquinas e equipamentos são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando seu custo pode ser mensurado com confiabilidade. Despesas de manutenção e reparo são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Um item é baixado quando de sua alienação ou quando não são mais esperados benefícios econômicos futuros de seu uso, sendo eventuais ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

A Administração entende que os critérios adotados refletem adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos desses ativos.

- **Móveis e Utensílios: 10% ao ano.**

Os móveis e utensílios são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são incorporados ao valor contábil apenas quando atendem aos critérios de reconhecimento de ativo, sendo as despesas de manutenção e reparo reconhecidas diretamente no resultado.

Os ativos são baixados por ocasião de sua alienação ou quando não se espera mais a geração de benefícios econômicos futuros, com os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

A Administração entende que as taxas e critérios adotados são adequados às práticas contábeis vigentes.

3.7. Direito de uso de imóvel.

Os ativos de direito de uso de imóvel são reconhecidos em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, representando o direito de controlar o uso de ativos subjacentes ao longo do prazo contratual.

O reconhecimento inicial é realizado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, podendo incluir custos diretos iniciais, quando aplicável.

Subsequentemente, os ativos são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os ativos são baixados quando do encerramento ou modificação relevante dos contratos, ou quando não são mais esperados benefícios econômicos futuros, sendo os efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

A Administração entende que os critérios adotados estão em conformidade com as práticas contábeis vigentes e refletem adequadamente a essência econômica das operações.

Adoção Inicial – Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez o CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16), que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

A adoção foi realizada pelo método retrospectivo modificado, sem reapresentação das informações

comparativas.

A Administração avaliou os impactos da aplicação em períodos anteriores e concluiu que não eram relevantes para as demonstrações contábeis como um todo, razão pela qual os valores comparativos foram mantidos conforme originalmente divulgados.

Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos a partir da data de aplicação, com o registro de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A administração revisa anualmente se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

3.8. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

3.10. Obrigações trabalhistas

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do período e nas demonstrações contábeis. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

3.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

A Companhia não reconhece nenhuma provisão de manutenção, relacionada ao término da concessão, tendo em vista que a vida útil das luminárias instaladas é superior ao prazo de concessão e observa todas previsões e exigências do contrato que precisam ser atendidas ao final do contrato.

3.12. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

a) Receitas operacionais: a Companhia reconhece a receita quando: **(i)** identifica os contratos com os clientes; **(ii)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **(iii)** determina o preço da transação; **(iv)** aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e **(v)** satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços.

As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base nos serviços completados mensais.

As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

- **Receita de construção:** refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública do município do Rio de Janeiro. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.
- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação dos valores previstos no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos.
- **Receita de remuneração do ativo de contrato:** refere-se ao registro da TRAC da concessão, que é apurada mensalmente sobre o valor do saldo do ativo de contrato. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no plano de negócios original. (Vide Nota Explicativa nº3.1).

b) Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações contábeis. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Ativo financeiro:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em VJR, e os Títulos e valores mobiliários e as contas a receber de ativo de contrato da concessão são classificados ao custo amortizado. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.
- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

3.13. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Debentures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.15. Arrendamento

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos, conforme a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros incremental. A taxa incremental de empréstimo do arrendatário utilizada é a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Durante o exercício de 2025, foram emitidas novas normas, alterações e interpretações contábeis pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelos órgãos reguladores correspondentes (IASB/IFRS), que passaram a vigorar ou se tornarão vigentes em exercícios futuros.

a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3)/IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	01/01/2025
Alterações IAS 21/CPC 02 (R3) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As modificações implementadas exigirão informações mais uteis sobre quando uma determinada moeda não puder ser trocada por outra.	01/01/2025
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados pelas entidades na origem ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas.	01/01/2025

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS S1 e IFRS S2	Resolução CVM No 193 de 20 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e com o clima, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB)	01/01/2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis	As alterações propostas têm por objetivo dar maior consistência na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, por meio de informações que possam permitir aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. Entre as principais alterações, estão: (i) novas categorias e subtotais na demonstração dos resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) divulgação em notas explicativas sobre métricas não contábeis (EBITDA); e (iii) apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.	01/01/2027

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Reforma Tributária	A reforma tributária foi aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/2023 (EC 132/23) e produz expressivas mudanças no Sistema Tributário Nacional, trazendo, de forma especial, a simplificação da legislação fiscal, por meio de unificação de tributos. Recentemente, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68/2024) foi convertido na Lei Complementar nº 214/2025 (LC 214/2025), regulamentando diversos aspectos, entre eles a forma de apuração e o recolhimento, e estabelece normas específicas para a implementação, além de outros detalhes operacionais cruciais para o funcionamento do novo sistema tributário. No entanto, ainda aguardamos as definições das alíquotas, bem como a alíquota padrão a ser utilizada. O modelo da Reforma se baseia em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido em duas competências: uma federal, denominada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) que substituirá o PIS, Cofins e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e ISS. Adicionalmente, foi instituído um Imposto Seletivo (IS) de competência federal, o qual incidirá sobre os bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O exercício de transição está previsto para os anos de 2027 e 2032, onde o modelo antigo e novo modelo existirão em conjunto. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos, a partir do início desse exercício de transição, exigirá um período de ajuste nos sistemas e nos processos internos para garantir a correta apuração dos novos tributos e aplicação dos créditos. Importante ressaltar que o serviço de educação está enquadrado no parágrafo primeiro do art. 9º da EC 132/23, onde estão elencados os bens e serviços que possuem previsão de regime diferenciado de tributação e com a redução de 60% (sessenta por cento) das alíquotas da CBS e do IBS. A Companhia está se preparando para essas mudanças, revisando processos, sistemas e controles internos para garantir conformidade com o novo regime tributário.	01/01/2027

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A Companhia possui políticas formais para gestão de riscos financeiros e utilização de instrumentos financeiros, aprovadas pelo Conselho de Administração, contemplando diretrizes para identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos.

A gestão é realizada pela Administração, com monitoramento contínuo das posições financeiras e reporte periódico ao Conselho.

A Companhia não realiza operações com finalidade especulativa, limitando-se à utilização de instrumentos financeiros para proteção (hedge) de riscos, quando aplicável.

Os controles internos incluem:

- segregação de funções;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

- definição de limites operacionais;
- avaliação de contrapartes;
- conciliações periódicas;
- revisão das posições financeiras.

Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e projeções de fluxo de caixa, conforme requerido pelo CPC 40 (R1).

A Administração entende que não há concentrações relevantes de risco não divulgadas nas demonstrações contábeis.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a risco de mercado relacionado principalmente às variações nas taxas de juros atreladas aos financiamentos contratados para a execução das atividades de modernização e manutenção do parque de iluminação pública.

Os financiamentos possuem taxas vinculadas ao CDI, o que pode impactar os custos financeiros futuros em caso de variações relevantes nesses indicadores. A Concessionária realiza o acompanhamento periódico das taxas e busca estratégias de mitigação, como a avaliação de eventuais pré-pagamentos ou renegociações em cenários de alteração significativa do custo do capital.

Análise de Sensibilidade – Taxa de Juros

Em atendimento às normas contábeis, a Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros indexados ao IPCA na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Foram considerados:

- cenário provável (taxas vigentes);
- cenário de aumento de 25%;
- cenário de aumento de 50%.

Os resultados indicam que:

- elevações nas taxas resultam em aumento proporcional das despesas financeiras, com impacto negativo no resultado;
- reduções nas taxas produzem efeito inverso, com impacto positivo.

A Administração considera tais cenários razoavelmente possíveis, com base no comportamento histórico e nas condições de mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

(i) Análise de Sensibilidade

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, depósitos judiciais, partes relacionadas, aquisições de participações societárias a pagar, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, instrumentos financeiros e outros títulos a pagar, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Utilizou-se como cenário provável a taxa de CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2025 (14,90% a.a.), SOFRUSD publicado pelo Valor Econômico em 31 de dezembro de 2025 (4,24% a.a.), TR publicada pela FINEP em 31 de dezembro de 2025 (2,01% a.a.) e o IPCA divulgado pelo IBGE em 31 de dezembro de 2025 (5,17% a.a.).

A partir destas, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente. Para cada cenário foram calculadas as "receitas e despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

Operações	Risco	31 de dezembro de 2025		Ganho ou perda (I-II)	Cenário possível (II)	Ganho ou perda (I-II)	Cenário remoto (III)
		Cenário provável (I)	Cenário				
Aplicações Financeiras	CDI	2.399	2.756	(89)	2.846	(323)	3.079
Ativo Financeiro Da							
Concessão	IPCA	127.364	133.948	(1.647)	135.595	(1.654)	137.249
	IPCA +						
Empréstimos	Taxa de 6%	80.530	89.345	(2.082)	91.427	(2.084)	93.511
Total		210.293	226.049	(3.818)	229.868	(4.061)	233.839

Taxa	Cenário provável (I)	Cenário possível (II)	Cenário remoto (III)
CDI	14,90%	18,63%	22,35%
IPCA	5,17%	6,46%	7,76%
IPCA + Taxa de 6%	11,17%	12,46%	13,76%

Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como da possibilidade em incorrer em perdas decorrentes do não recebimento de valores contratados com clientes ou outras partes.

A principal fonte de risco de crédito decorre dos recebíveis junto ao Poder Concedente, conforme definido no Contrato de Concessão. O risco é considerado reduzido, uma vez que os recebíveis possuem garantia contratual e a contraparte é o ente público.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 2.399 (R\$ 26.150 em 31 de dezembro de 2024) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações Financeiras	2.399	26.150
Total	2.399	26.150

5.3. Gestão de capital

A Concessionária gerencia sua estrutura de capital buscando assegurar a continuidade operacional e otimizar o retorno aos acionistas, mantendo um nível de endividamento compatível com a geração de caixa projetada ao longo do contrato de concessão.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia e depósitos bancários:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo	5	8
Bancos conta movimento	774	2.756
Aplicações financeiras (i)	2.399	26.150
Total	3.178	28.914

(i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual próxima de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A disponibilidade dos resgates pode ser, à vista e em até dois dias úteis. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Os recursos em caixa e equivalentes de caixa serão utilizados para financiamento dos investimentos a serem realizados no âmbito do Contrato de Parceria Público-Privada na Modalidade de concessão Administrativa celebrado entre a Companhia e o Município de Campinas.

7. Ativo de contrato

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (TRAC) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, mantida até o final do contrato, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de contrato		
Circulante	19.132	7.839
Não circulante	108.232	30.484
Total	127.364	38.323

Composição do ativo financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	38.323	15.405
Constituição/Receita de construção	87.556	21.408
Remuneração do ativo de contrato	4.159	1.509
Contraprestação	(2.674)	-
Saldo final	127.364	38.323

TRAC (ao ano)	6,51%	6,51%
----------------------	--------------	--------------

O saldo se refere ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública do município de Campinas.

A Companhia adota a taxa de 4,00% a.a. como projeção do IPCA, para fins de cálculo da remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação previstos no contrato de concessão. O contrato firmado entre as partes não prevê margem de construção.

O ajuste a valor presente reflete o ajuste de saldos entre o realizado do contrato de concessão e o plano de negócios inicial.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

Recebimento	
2026	19.132
2027	25.560
2028 à 2036	230.040

A Companhia avaliou as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado conforme CPC 48. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*.

A Companhia não reconhece nenhuma provisão relacionada ao término da concessão tendo em vista que a vida útil das luminárias instaladas é superior ao prazo de concessão e observa todas previsões e exigências do contrato que precisam ser atendidas ao final do contrato.

8. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	1.684	1.126
Total	1.684	1.126

Refere-se a pagamentos antecipados realizado a fornecedores, que tem por finalidade a aquisição de insumos e/ou prestação de serviços contratados que serão aplicados na operação da Companhia e/ou consumidos na prestação dos serviços relativos ao contrato de concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

9. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recuperar	839	243
Cofins a recuperar	3.849	1.116
IRRF sobre aplicações	565	516
Outros impostos	438	347
Total	5.691	2.223

Os créditos de PIS e Cofins decorrem da aquisição de materiais e serviços vinculados às atividades operacionais da Concessionária, sendo utilizados para compensação com os tributos a recolher nas competências subsequentes.

10. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Seguro de responsabilidade civil	-	20
Seguro risco de engenharia	-	97
Seguro garantia	91	148
Subtotal	91	265
Adiantamentos	30	11
Total	121	276

Movimentação analítica

A movimentação analítica dos prêmios de seguros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo histórico	31/12/2024	Adição	Apropriação	31/12/2025
Seguro de responsabilidade civil	20	-	(20)	-
Seguro risco de engenharia	97	-	(97)	-
Seguro garantia	148	-	(57)	91
Total	265	-	(174)	91

Custo histórico	31/12/2023	Adição	Apropriação	31/12/2024
Seguro de responsabilidade civil	59	-	(39)	20
Seguro risco de engenharia	202	-	(105)	97
Seguro garantia	206	-	(58)	148
Seguro de riscos nomeados e operacionais	117	43	(160)	-
Total	584	43	(362)	265

11. Imobilizado

Descrição	% Taxa de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Computadores e periféricos	20	47	56
Máquinas e equipamentos	20	3	1
Móveis e utensílios	20	26	30
Direito de uso de imóvel	8	728	-
Total		804	87

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo histórico	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Computadores e periféricos	69	6	-	75	6	-	81
Máquinas e equipamentos	-	2	-	2	2	-	4
Móveis e utensílios	-	36	-	36	4	-	40
Direito de uso de imóvel	-	-	-	-	1.214	-	1.214
Total	69	44		113	1.226		1.339

Depreciação	31/12/2024	Depreciação	Baixa	31/12/2025
Computadores e periféricos	(19)	(15)	-	(34)
Móveis e utensílios	(7)	(8)	-	(15)
Direito de uso de imóvel	-	(486)	-	(486)
Total	(26)	(509)		(535)

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia, utilizando a mesma premissa e base de 31 de dezembro de 2025, não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*. Para essas demonstrações contábeis, não ocorreram mudanças significativas.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de fornecedores da Concessionária estavam assim compostos:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de contrato		
Circulante	4.825	9.130
Não circulante	9.240	-
Total	14.065	9.130

Os saldos de fornecedores referem-se, substancialmente, a obrigações decorrentes da aquisição de materiais, equipamentos e serviços necessários à execução das atividades de modernização, eficiência e expansão e manutenção do parque de iluminação pública, conforme previsto no contrato de concessão. Os prazos de pagamento dos fornecedores variam, em média, entre 30 e 180 dias, sendo compatíveis com os ciclos operacionais e financeiros do projeto. Adicionalmente, a Companhia possui um fornecedor específico relacionado à solução de telegestão, cujo prazo de parcelamento contratual é de até 60 meses.

13. Salários e encargos sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	212	202
INSS a recolher	570	1.109
FGTS a recolher	67	97
IRRF a recolher	87	177
Provisões trabalhistas	951	273
Total	1.887	1.858

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

14. Tributos correntes a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Cofins a recolher (i)	-	835
PIS a recolher (i)	-	178
Contribuição Social 5952 (ii)	392	373
IRRF (ii)	123	146
ISS (i)	227	147
INSS (ii)	38	93
IRPJ (iii)	-	148
CSLL (iii)	55	55
Parcelamento de Tributos (iv)	1.954	-
Total	2.789	1.976
Circulante	1.103	1.976
Não circulante	1.686	-

(i) Impostos sobre o Faturamento e Provisão de Receita: Refere-se aos tributos incidentes sobre as vendas e serviços prestados, bem como às provisões feitas para receitas futuras.

(ii) Impostos sobre Retenções de Fornecedores: Inclui os impostos retidos na fonte sobre pagamentos a fornecedores, como IRRF, PIS, Cofins e CSLL.

(iii) Impostos em Aberto sobre o Lucro do Exercício Anterior: Refere-se aos tributos devidos sobre o lucro do exercício anterior que ainda não foram pagos, sem a incidência de multas e juros.

(iv) Parcelamento de tributos: A Companhia aderiu, em abril de 2025, ao parcelamento nº 0211.00012.0049545012.25-73, a ser liquidado em 60 parcelas mensais e sucessivas, estando adimplente e com término previsto para março de 2030.

O cronograma de vencimento das obrigações relacionadas ao referido parcelamento está demonstrado a seguir:

Faixa de vencimento	Valor
2026	163
2027	163
Acima de 2027	1.628
Total	1.954

15. Empréstimos, Financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de empréstimos e financiamentos da Concessionária estão compostos conforme segue:

	Vencimento	Encargos Financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures [1ª Emissão]	31/12/2035	CDI + 6% a.a.	85.045	
Debêntures [1ª Emissão]	31/12/2025	CDI + 6% a.a.	-	40.832
Santander - CCB	14/11/2025	2% a.m.	-	289
Custos de Captação			(4.515)	
Total			80.530	41.121
Circulante			3.267	41.121
Não circulante			77.263	-

A Concessionária possui contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Santander S.A., utilizado para financiar o capital de giro das atividades da Companhia. A operação apresenta encargos financeiros pré-fixados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Durante o exercício de 2025, a Concessionária também a emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 81.488, não conversíveis em ações, com garantia real, lastreadas nos recebíveis do contrato de concessão, para financiamento das atividades de modernização e expansão do parque de iluminação pública, vinculado ao contrato de concessão. A operação possui como garantia os direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, conforme previsto nos instrumentos de financiamento.

A Companhia possuía uma emissão de debêntures no montante de R\$ 40.000, vinculada a contrato anteriormente firmado. No contexto de sua estratégia de financiamento e otimização da estrutura de capital, ao avaliar a realização de uma nova captação por meio de debêntures, foi recomendada a migração do contrato original para uma nova estrutura contratual.

Dessa forma, a Companhia procedeu com a substituição do contrato anterior por um novo instrumento, no qual foram incorporadas as condições da captação adicional, permitindo a consolidação das obrigações financeiras em uma única operação. Essa reestruturação teve como objetivo melhorar as condições financeiras, alongar prazos e adequar o perfil da dívida às necessidades operacionais da Companhia.

A evolução dos empréstimos e financiamentos no exercício de 2025 é demonstrada a seguir:

	CCB Santander	Debentures	Total
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
(+) Captações debêntures	277	42.390	42.667
(+) Juros apropriados	12	962	974
(-) Amortização principal	-	(2.390)	(2.390)
(-) Juros pagos	-	(131)	(131)
Saldo em 31/12/2024	289	40.832	41.121
(+) Captações debêntures	-	81.488	81.488
(+) Juros taxa Selic	-	9.423	9.423
(-) Custo de captação	-	(4.515)	(4.515)
(-) Amortização principal	(289)	(40.150)	(40.439)
(-) Juros pagos	-	(6.548)	(6.548)
Saldo em 31/12/2025	-	80.530	80.530

A posição dos saldos de empréstimos e financiamentos por vencimento em 31/12/2025 é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	3.267	41.121
Acima de 1 ano	77.263	-
Total	80.530	41.121

(a) Cláusulas restritivas (covenants) sobre contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com todas as obrigações materiais previstas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures firmados com instituições financeiras. Tais contratos incluem cláusulas restritivas usuais de mercado, com destaque para:

(i) Manutenção de índice financeiro consolidado, calculado anualmente com base nas demonstrações contábeis auditadas da Companhia, correspondente à razão entre a Dívida Líquida acrescida da Dívida de Aquisições e o EBITDA, com obrigatoriedade de divulgação a partir de 2027;

(ii) Negative pledge, que restringe a alienação, oneração ou constituição de garantias sobre ativos relevantes cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 5% do ativo total da Companhia;

(iii) Vedação à distribuição de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio em caso de inadimplemento ou descumprimento de covenants financeiros;

(iv) Restrição à alteração do controle societário direto ou indireto da Companhia ou de suas principais subsidiárias sem a prévia anuência dos credores.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b) Cláusulas Restritivas (Garantias) dos Contratos de Empréstimos e Financiamentos

As debêntures contam com um pacote de garantias reais e fidejussórias para assegurar o cumprimento das obrigações:

Garantias fidejussórias:

(i) Fiança: Prestada de forma solidária pelas fiadoras LX 009 Empreendimentos e Participações Ltda, Green Luce Soluções Energéticas S.A e Severo Villares Projetos e Construções S.A.

(ii) Garantia Estrangeira: Prestada pela HT High Trend International, LLC por meio de uma "Corporate Guaranty" regida pelas leis de Porto Rico.

Garantias reais

(i) Alienação Fiduciária de Ações: Incide sobre a totalidade das ações da Emissora detidas pelas fiadoras.

(ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: Abrange os direitos emergentes do Contrato de Concessão e os recursos depositados em contas vinculadas (Conta Centralizadora e Conta Desembolso).

(iii) Usufruto Condicional de Ações: Constituído para permitir o exercício de *Step-in Rights* pelos debenturistas em caso de inadimplência.

A Companhia monitora continuamente o cumprimento de todas as cláusulas financeiras e não financeiras e, até a data de encerramento do exercício, estava em conformidade com todas as condições contratuais vigentes.

16. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir e referem-se a conta corrente junto a acionistas e/ou empresas relacionadas para gestão de caixa, os quais são pactuados sem encargos e sem vencimento:

Empresas relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Feira de Santana S.A.	54	50
Light Technology Serviços e Empreendimentos	17	16
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S.A.	8	-
Total do ativo circulante	79	66

Acionistas	31/12/2025	31/12/2024
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda. (a)	-	2.837
Green Luce Soluções Energéticas S/A	3.834	6.990
Proteres Participações S/A (a)	-	17.285
Total do ativo não circulante	3.834	27.112

Empresas relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
Conecta Brasil S.A.	948	948
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Ribeirão Preto S.A.	753	753
Smart Luz	85	85
LX 009 Empreendimentos e Participações Ltda. (LX 009) (a)	3.781	-
Jeffrey Carmichael	315	-
Total do passivo	5.882	1.786
Circulante	5.882	-
Não circulante	-	1.786
Total do passivo partes relacionadas	5.882	1.786

(a) Reestruturação societária entre partes relacionadas

A operação consistiu na assunção em 18 de outubro de 2025, pela LX 009 Empreendimentos e Participações Ltda, da posição de devedora da obrigação originalmente constituída pelas empresas HTB e Proteres perante a Companhia (credora), por meio de instrumento contratual específico.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Como consequência da assunção da dívida, a LX 009 Empreendimentos e Participações Ltda reconheceu, em sua contabilidade, um passivo financeiro correspondente à obrigação assumida, mensurado inicialmente pelo valor justo, nos termos do CPC 48.

A referida obrigação foi liquidada em março de 2026 mediante dação em pagamento, por meio da entrega de luminárias, conforme previsto em contrato celebrado com a Transvoltec.

Na Companhia, a liquidação da obrigação resultou na baixa do ativo financeiro (contas a receber), em contrapartida ao reconhecimento das luminárias recebidas, mensuradas pelo seu valor justo na data da transação. Tais ativos foram classificados de acordo com sua destinação econômica, podendo ser registrados como ativo imobilizado ou como ativos vinculados ao contrato de concessão, conforme aplicável, em linha com o CPC 27 e a ICPC 01.

Eventual diferença entre o valor contábil do ativo financeiro baixado e o valor justo dos ativos recebidos foi reconhecida no resultado do exercício como ganho ou perda na liquidação.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, não foram registrados a título de remuneração a diretores e administradores nenhum montante, nem pagos na forma de salários, não existindo bônus ou quaisquer outras formas de remuneração pela Companhia, sendo realizados por outras empresas do grupo.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social de R\$ 51.480 foi totalmente integralizado em 01 de julho de 2022, representado por 51.480.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Ações	Valor (R\$)
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda.	13.384.800	13.384.800
Green Luce Soluções Energéticas S/A	13.384.800	13.384.800
Proteres Participações S/A	1.029.600	1.029.600
Severo Villares projetos e Construções	23.680.800	23.680.800
Total	51.480.000	51.480.000

17.2. Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída nos termos da legislação societária, na base de 5% do lucro líquido, observando-se o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social, somadas as reservas de capital. Após esses limites, as apropriações a essa reserva não são obrigatórias. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia, em conformidade com seu estatuto social, mantém reserva de lucros que terão por fim assegurar recursos para financiar seus investimentos, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios e são formadas com o saldo remanescente do exercício após as deduções legais e estatutárias, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado;
- Distribuição de lucros mínimos obrigatórios, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva para contingências, conforme definido pelo estatuto social).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

18. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção (a)	5.184	7.320
Receita bruta de construção (b)	87.556	21.408
Remuneração do ativo de contrato (c)	4.159	1.509
Receita operacional	96.899	30.238
Imposto sobre a receita (ISS)	(221)	(366)
Imposto diferido sobre a receita (ISS)	(4.608)	(1.146)
Imposto sobre a receita (PIS)	(73)	(121)
Imposto diferidos sobre a receita (PIS)	(1.520)	(378)
Imposto sobre a receita (Cofins)	(336)	(556)
Imposto diferidos sobre a receita (Cofins)	(7.002)	(1.742)
Total	(13.760)	(4.309)
Receita operacional líquida	83.139	25.929

(a) Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, visando ações corretivas e preventivas, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento;

(b) Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública do município de Campinas. O reconhecimento e contabilização das receitas ocorre à medida que os custos efetivos são incorridos.

(c) Refere-se à taxa de remuneração do ativo de contrato aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura. As taxas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.

19. Custos dos serviços prestados

O custo da companhia superou a receita líquida no exercício em razão do reconhecimento de custos operacionais relacionados à manutenção dos ativos da concessão, cujos serviços foram executados em exercício anterior, porém faturados em período posterior pelo fornecedor responsável.

Dessa forma, em observância ao regime de competência e às práticas contábeis aplicáveis, tais valores foram reconhecidos no exercício corrente, após a devida formalização e recebimento das respectivas faturas e documentação de suporte.

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	(1.371)	(1.225)
Pessoal	(6.594)	(4.776)
Serviços	(2.302)	(7.054)
Aluguéis (b)	(973)	(780)
Custos gerais	(282)	-
Custo de construção (a)	(72.179)	(18.358)
Total custos dos serviços prestados	(83.701)	(32.193)

(a) Refere-se aos custos necessários referente materiais e mão de obra aplicados na prestação de serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficiência energética da rede de iluminação pública do município de Campinas.

(b) Os valores registrados como aluguel referem-se à contratação de serviços com disponibilização de veículos, não caracterizando contrato de arrendamento, uma vez que não há controle sobre ativo identificado. Dessa forma, os montantes são reconhecidos como despesa no resultado, não sendo aplicável o reconhecimento de direito de uso e passivo de arrendamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

(c) Companhia iniciou o planejamento de um processo de reestruturação operacional, com foco na otimização de custos. As medidas contemplam, entre outras ações, a revisão do quadro de colaboradores, racionalização da frota de veículos e renegociação de contratos de fornecimentos recorrentes, com expectativa de redução relevante dos custos operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu custos operacionais relacionados a serviços de manutenção dos ativos da concessão, os quais foram efetivamente prestados no exercício anterior, mas não faturados naquele período pelo fornecedor. O reconhecimento ocorreu no exercício corrente em decorrência da regularização do faturamento.

A Companhia iniciou, ao longo do exercício, um processo de reestruturação operacional e financeira, com foco na otimização de custos, melhoria da eficiência operacional e fortalecimento da geração de caixa. As medidas implementadas contemplam, entre outras ações, a revisão do quadro de colaboradores, racionalização da frota de veículos, renegociação de contratos de fornecimentos recorrentes e readequação das condições financeiras junto a determinados fornecedores, com expectativa de redução relevante dos custos e despesas operacionais e financeiras nos próximos exercícios. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu despesas relacionadas a serviços de manutenção dos ativos da concessão efetivamente prestados em exercícios anteriores, mas cujo faturamento não havia sido realizado pelo fornecedor naquele período. O reconhecimento ocorreu no exercício corrente em decorrência da regularização do faturamento, produzindo efeitos no resultado do exercício de 2025.

20. Gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais diversos	(23)	(36)
Telecomunicações	(23)	(10)
Despesas administrativas	(3.432)	(437)
Consultoria e assessoria (a)	(2.877)	(571)
Segurança e vigilância	-	(318)
Administração e projetos	(491)	(489)
Despesas gerais	(232)	(265)
Seguros	(330)	(306)
Total despesas gerais e administrativas	(7.408)	(2.432)
Depreciação	(509)	(20)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(509)	(20)
Total despesas administrativas e comerciais	(7.917)	(2.451)

(a) Aumento observado no período decorre, substancialmente, do reconhecimento de aproximadamente R\$ 2.000 mil em despesas com serviços de consultoria e assessoria jurídica. Tais serviços estão relacionados, principalmente, à estruturação e reestruturação de debêntures realizadas no período.

21. Resultado financeiro líquido

	2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	870	278
Total	870	278
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(51)	(10)
Juros de mora	(73)	(1.361)
Multa sobre recolhimento em atraso	(476)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	2025	31/12/2024
IOF	(3)	(21)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(219)	(974)
Despesas estruturação financiamento	-	(313)
Juros taxa Selic	(9.423)	-
Juros sobre depreciação - Direito de uso	(121)	-
Outras despesas financeiras	(207)	(62)
Total	(10.573)	(2.741)
Total resultado financeiro, líquido	(9.703)	(2.463)

22. Impostos diferidos**a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferida:**

Os impostos diferidos são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	1.883
Diferenças temporárias:	-	-
Provisão para custos incorridos	-	2.943
Ativo diferido (i)	-	4.826

b) Outros impostos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
PIS diferido	(2.108)	(632)
Cofins diferido	(9.712)	(2.913)
ISS diferido	(6.389)	(1.916)
Passivo diferido	(18.209)	(5.461)

(i) Em 2025, reavaliamos o estudo de realização do ativo fiscal diferido e concluímos que não há expectativa de geração de lucro tributável suficiente para suportar sua utilização, especialmente sobre a base de prejuízo fiscal. Diante desse cenário, optamos pela baixa do referido ativo. Ressaltamos, contudo, que está em andamento a formalização de um aditivo contratual (conforme mencionado na nota de continuidade operacional), o qual poderá viabilizar a geração de lucros tributáveis futuros. Caso esse cenário se concretize, reavaliaremos a possibilidade de reconhecimento do ativo fiscal diferido nos próximos exercícios. O passivo fiscal diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias tributáveis que resultarão em tributos a pagar no futuro, em conformidade com o regime de competência. Essas diferenças estão relacionadas principalmente ao reconhecimento da receita de construção e remuneração do ativo de contrato, que serão tributadas ao passo do recebimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/prejuízo do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social	(18.610)	(11.308)
Alíquota sobre LAIR	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social	4.825	3.868
Despesa de imposto corrente	-	-
Despesa de imposto diferido	(4.825)	3868

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

23. Transações que não afetam o caixa

Em conformidade com o CPC 03, a Companhia apresenta, a seguir, as principais transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Tais transações não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa, mas impactam a posição patrimonial da Companhia:

- Aquisição de ativos mediante financiamentos ou arrendamentos mercantis, com reconhecimento simultâneo do ativo e do passivo correspondente;

A Administração ressalta que tais transações são divulgadas em atendimento ao CPC 03, com o objetivo de fornecer informações relevantes sobre as atividades de investimento e financiamento da Companhia que não afetam diretamente o caixa, contribuindo para uma melhor compreensão da sua posição financeira e patrimonial.

	31/12/2025	31/12/2024
Reconhecimento de arrendamento mercantil	(1.214)	-
Total	(1.214)	-

24. Depósito judicial

	31/12/2025	31/12/2024
Depósito judicial	-	374

24.1. Contingência:

Em 2025 e 2024 a Companhia não identificou riscos de contingência classificados como provável e possível, não havendo a necessidade de provisão e divulgação de valores.

25. Arrendamento

A Companhia reconhece seus contratos de arrendamento conforme o CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, registrando na data de início um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Os contratos preveem reajuste dos pagamentos com base na variação do IGP-M, aplicado, em regra, anualmente. Em conformidade com a norma, tais pagamentos são mensurados inicialmente com base no valor vigente na data de início do contrato, sendo o passivo reavaliado apenas quando ocorre a efetiva atualização dos valores contratuais. O primeiro reajuste ocorreu em 03 de janeiro de 2024.

A taxa de desconto utilizada foi de 1% ao mês (12,68% ao ano), representando a taxa incremental de financiamento da Companhia, considerando o prazo da operação, o risco de crédito, a ausência de garantias e as condições de mercado, usualmente referenciadas ao CDI acrescido de spread.

Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do contrato, enquanto os passivos de arrendamento são atualizados pelo método do custo amortizado, com reconhecimento de encargos financeiros no resultado.

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos de arrendamentos		
Circulante	499	-
Não circulante	273	-
Total	772	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com juros	122	-
Depreciação – Direito de uso	485	-
Total	607	-

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Saldo Inicial	-	-
Pagamentos	566	-
Juros acumulados	(122)	-
Direito de uso	(1.216)	-
Saldo final	772	-
Curto prazo	499	-
Longo prazo	273	-

26. Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro/ativo de contrato de concessão e debêntures emitidas.

O ativo financeiro de concessão decorre do contrato de Parceria Público-Privada na modalidade de concessão administrativa firmado com o Município de Campinas, por meio do qual a Companhia possui o direito contratual de receber contraprestações pecuniárias pela execução dos investimentos, modernização, expansão, efficientização, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública. Considerando que a remuneração é realizada por meio de contraprestações estabelecidas contratualmente e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários, a Administração entende que referido ativo possui natureza de instrumento financeiro, nos termos da ICPC 01/IFRIC 12 e do CPC 48.

O ativo financeiro de concessão é reconhecido inicialmente com base nos investimentos realizados e receitas de construção associadas, sendo subsequentemente atualizado pela remuneração contratual aplicável e amortizado pelo recebimento das contraprestações ao longo do prazo da concessão. A classificação entre circulante e não circulante observa o cronograma esperado de recebimento das contraprestações durante a vigência contratual.

As debêntures emitidas são classificadas como passivos financeiros, uma vez que representam obrigação contratual da Companhia de entregar caixa aos debenturistas por meio do pagamento de principal, juros e demais encargos previstos nos respectivos instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial, tais passivos são mensurados pelo custo amortizado, com apropriação dos encargos financeiros ao resultado pelo regime de competência.

A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito relacionado ao recebimento das contraprestações do Poder Concedente, ao risco de liquidez relacionado à capacidade de honrar suas obrigações financeiras, especialmente as debêntures emitidas, e ao risco de mercado associado à variação de taxas, índices ou encargos financeiros previstos contratualmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

27. Cobertura de seguros

Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência (de/até)	Limite máximo de indenização (em milhares de reais)
Riscos nomeados e operacionais	Cobertura básica de danos materiais, cobrindo todos os riscos operacionais, ocorridos de forma acidental, súbita e imprevista aos bens segurados, incluindo, mas não limitados a: <ul style="list-style-type: none">• Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;• Desmoronamento, terremoto;• Queda de aeronave;• Quebra de máquinas;• Equipamentos portáteis.	01/09/2025 até 01/09/2026	30.000
Risco de engenharia	Serviço de iluminação pública: compreendendo o planejamento, a operação, a manutenção, a recuperação, a ampliação, a instalação, a implantação, a modernização, a efficientização, o melhoramento e o desenvolvimento da rede e demais infraestruturas aplicadas ou que impactem na Iluminação Pública. Serviços complementares: substituição de postes de uso exclusivo de Iluminação Pública, ampliação da rede, operação e manutenção das unidades adicionais. Centro de controle operacional: construção, instalação/montagem e colocação em operação.	01/12/2025 até 30/10/2026	93.000
Responsabilidade civil geral	Obras civis e/ou serviços de instalação e/ou montagem de máquinas e/ou equipamentos: <ul style="list-style-type: none">• Obras civis;• Montagens e instalações;• Fundações;• Erro de projeto;• Cruzada.	30/06/2025 até 30/04/2026	20.000
Seguro garantia	Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.	25/07/2022 até 25/07/2027	8.580

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025, até a data de autorização para emissão destas demonstrações, e não identificou eventos subsequentes que possam impactar de forma relevante a posição patrimonial, financeira ou o resultado da Concessionária, ou que requeiram divulgação adicional ou ajuste nas presentes demonstrações contábeis.

Adicionalmente, a Companhia possui a 2ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 123.336, dos quais aproximadamente 66% dos recursos foram utilizados ao longo do exercício de 2025. Em março de 2026, ocorreu nova liberação de recursos no valor de R\$ 5.200, havendo expectativa de liberações adicionais ao longo do exercício de 2026, conforme cronograma financeiro e necessidades operacionais da Concessionária.

Subsequentemente à data-base de 31 de dezembro de 2025, e conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16 (a), a Companhia liquidou integralmente a referida obrigação em março de 2026, mediante dação em pagamento, realizada por meio da entrega de luminárias ao credor.

* * *